

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL NAS MESORREGIÕES CEARENSES

PAULO VICTOR MACIEL DA COSTA, SILVANA NUNES DE QUEIROZ

Historicamente a região Nordeste caracteriza-se pela perda líquida de população tanto da área urbana quanto da área rural, com destino principalmente para as regiões Sul e Sudeste do país, e em especial para o estado de São Paulo. Com efeito, a maior evasão de emigrantes rurais no território nacional pertence ao Nordeste desde a década de 1950. Por outro lado, a partir da década de 1980, devido a recessão econômica pela qual passava o Brasil, a região Nordeste tanto teve o seu fluxo emigratório (saídas) reduzido, quanto passou a receber maior volume de imigrantes (entradas), principalmente de retornados. Foram destaque deste fenômeno migratório os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia que, a grosso modo, tornaram-se centros recebedores de população de outras Unidades da Federação. No caso do Ceará, estado alvo desse estudo, a evasão migratória apresentava-se como uma característica histórica e prolongada (1930-1980), dados os gargalos econômico e social desta Unidade da Federação. É válido destacar que a década de 1960 foi marcada pela expressiva marcha para as regiões mais desenvolvidas do país, inclusive para estados vizinhos (Piauí e Maranhão), com o objetivo de contornar os problemas climáticos e as desigualdades regionais. Mas a partir dos anos 1980, especialmente os fluxos migratórios para o estado de São Paulo se arrefecem significativamente, devido as transformações no âmbito político, econômico e institucional vivenciados pelo Ceará, que incorreram no melhoramento da taxa de crescimento econômico do Produto Interno Bruto, acima da média nacional e regional, bem como a geração de empregos. Nesse contexto, a década de 1980 é considerada como ponto de inflexão da dinâmica migratória, com novas mobilidades: mais diversificadas, mais excludentes, e com novas territorialidades. Passou a vigorar a partir desse período a intensificação da migração de curta distância em relação a de longa distância, migração de retorno, migração intra-metropolitana, migração para as cidades de médio porte o fluxo metrópole-interior, e mobilidade pendular. Por sua vez, os estudos sobre a relação entre migrações e desenvolvimento rural vem ganhando espaço e importância, dado os novos moldes da globalização em curso, tanto pelos organismos internacionais (OCDE, ONU) quanto por pesquisadores. A partir desse contexto, a incessante necessidade da diversificação tanto das atividades no campo quanto no interior das famílias rurais condicionou a configuração de um novo rural brasileiro. Assim, o desenvolvimento rural figura como um método analítico que demonstra as transformações no meio rural e as implicações destas últimas sobre o bem-estar da população que nele reside. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a relação entre as migrações e o desenvolvimento rural nas mesorregiões cearenses, já que a problemática é de grande relevância tanto para o meio acadêmico quanto para as entidades públicas na elaboração de políticas públicas. Os objetivos específicos são: i) Revisar estudos sobre o êxodo rural no mundo e no Brasil; ii) Descrever as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas no Brasil e, notadamente, no estado do Ceará, a partir da década de 1980; iii) Analisar o fluxo migratório rural-rural, rural-urbano, urbano-rural e urbano-urbano nas mesorregiões cearenses (intramesorregional e intermesorregional), nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. O estado do Ceará localiza-se no Nordeste brasileiro e é composto por 7 Mesorregiões, as quais totalizam 184 municípios e, em 2010, possui em seu território uma população de 8.452.381 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 56,76 hab/km². No que se refere as mesorregiões cearenses, percebe-se nítida concentração populacional na metrópole cearense, tendo em vista que mais de 40% encontram-se na mesorregião Metropolitana de Fortaleza, composta apenas por 11 municípios, ao passo que os 60% restantes distribuem-se entre os 173 municípios pertencentes as demais mesorregiões. Outras mesorregiões que apresentam destaque são as do Noroeste cearense (15,71%) e Norte cearense (11,91%). No que se refere ao local de domicílio, o estado possui 2.105.824 habitantes no meio rural, correspondentes a cerca de 25% da população cearense, e 6.346.557 no meio urbano que, por sua vez, correspondem a aproximadamente 75%. Apesar da predominância de domicílios urbanos no estado, cabe destacar que este resultado deve-se em grande medida a mesorregião Metropolitana de Fortaleza, que é praticamente urbana (97,10%) e, como visto anteriormente, concentra grande contingente populacional. Além desta, também destacou-se com relação ao percentual de residentes em domicílios urbanos, a mesorregião Sul Cearense (70,55%), ao passo que as mesorregiões Sertões Cearenses e Norte Cearense foram as que apresentaram maior expressividade em termos de contingente populacional rural, com 45,25% e 44,31% dos

residentes, respectivamente. Para alcançar aos objetivos propostos, serão utilizados os microdados das amostras dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, os quais são a principal fonte de informações. Quanto aos tratamentos estatístico e gráfico, estes serão realizados por meio do software SPSS (Statistical Package for the Social Science) e do programa TerraView, respectivamente. Para a tabulação e construção de tabelas e gráficos, será utilizado o programa Excel. Dado que a pesquisa está em andamento, tem-se apenas os resultados referentes ao primeiro objetivo, que era revisar os principais estudos sobre o êxodo rural no mundo e no Brasil, e aos resultados parciais do segundo objetivo proposto, que seria identificar as políticas públicas e/ou programas no Brasil e no Ceará para o desenvolvimento rural em três vieses (de cunho agrícola e agrário; social e assistencialista; e de cunho alimentar, nutricional e de sustentabilidade ambiental) em três décadas, 1980, 1990 e 2000. No que se refere ao primeiro objetivo, observa-se que a formulação clássica encontra limites para explicar a complexidade do fenômeno migratório, a partir da década de 1980 que é considerada como ponto de inflexão da dinâmica migratória, com novas mobilidades: mais diversificadas, mais excludentes, e com novas territorialidades. A complexidade, portanto, se configura nos novos moldes postos pela globalização. Dessa forma, passou a vigorar a partir desse período (1980) a intensificação da migração de curta distância em relação a de longa distância, migração de retorno, migração intra-metropolitana, migração para as cidades de médio porte o fluxo metrópole-interior, e mobilidade pendular. No que diz respeito ao segundo objetivo proposto, observa-se que na década de 1980, mesmo em um cenário marcado por crise econômica, com o aumento dos juros da dívida externa e processo inflacionário, os movimentos sociais e sindicatos rurais se organizaram e se fizeram presentes na luta pela retomada do tema do desenvolvimento rural, o qual se encontrava no esquecimento. Nesta década foram realizadas políticas agrícolas, com foco na modernização do campo, organização sindical agrária, movimentos sociais, e políticas agrárias com a criação de assentamentos rurais. Contudo, mesmo com a retomada do tema durante os anos 1980, a década de 1990 foi ainda pior para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro. Já que somente 3 programas foram realizados, como o Programa Comunidade Solidária, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a política agrária, com a intensificação/criação dos assentamentos rurais. Durante a década de 1990, o governo priorizou o enxugamento das contas públicas, por meio de medidas neoliberais, para favorecer o Produto Interno Bruto e o pagamento da dívida externa. Assim, não foi dada atenção as classes sociais mais vulneráveis, as quais estavam sujeitas a conjuntura da época, conhecida pelas altas taxas de desemprego, devido a introdução de medidas de flexibilização, no contexto da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Ainda assim, para conter os conflitos sociais, foram desenvolvidas políticas de cunho agrícola e agrário, que beneficiaram em grande medida o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. Quanto aos anos 2000, iniciaram-se na década de 1990, as políticas de cunho social e assistencialista, que foram intensificadas a partir da primeira década do século XXI, precisamente no ano de 2003, juntamente com as políticas voltadas para a segurança alimentar, nutricional e sustentável da população, implementadas pelo governo empossado neste ano. Portanto, constata-se que foi na década de 2000 que mais se realizou programas para o desenvolvimento rural brasileiro, sendo influenciado em maior ou menor medida pela situação favorável em que o Brasil se encontrava no início dessa década, permitindo ao governo viabilizar um conjunto significativo de políticas focalizadas para o meio rural. Dessa forma, constatou-se a criação de 22 políticas, englobando os três vieses já mencionados, com foco maior nas de cunho social de transferências de renda, reiteradas pelas políticas agrícolas e pelos programas de cunho alimentar, nutricional e de sustentabilidade ambiental. A criação/implementação de políticas e programas para o bem-estar social no rural brasileiro, esteve influenciado pelo cenário macroeconômico nacional que, por sua vez, dependia da conjuntura econômica externa, dada de maneiras distintas nas décadas em apreço. Assim, constatou-se que durante as três décadas analisadas, a última década (anos 2000), apresentou maior número de medidas em prol do desenvolvimento rural brasileiro, com um total de 22 políticas, ao passo que os anos 1980 e 1990, juntos somaram apenas 6 políticas/programas.

PALAVRAS-CHAVE: MIGRAÇÕES. DESENVOLVIMENTO RURAL. MESORREGIÕES CEARENSES

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA

FORMA DE APRESENTAÇÃO: PÔSTER